

A recuperação do Palácio do Congresso Nacional após a invasão de 8 de janeiro de 2023

Juliano Loureiro de Carvalho, Sidney Vieira Carvalho e Nélvio Dal Cortivo

LOUREIRO DE CARVALHO, Juliano; VIEIRA CARVALHO, Sidney; DAL CORTIVO, Nélvio. A recuperação do Palácio do Congresso Nacional após a invasão de 8 de janeiro de 2023. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, e 558, jul. 2025

data de submissão: 24/03/2025

data de aceite: 18/06/2025

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.558

Juliano LOUREIRO DE CARVALHO 

Doutorado (UnB, 2023, Patrimônio e Preservação); Senado Federal; Secretaria de Infraestrutura; julianolcarvalho@gmail.com

Sidney VIEIRA CARVALHO 

Mestrado e doutorado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Senado Federal; Secretaria de Infraestrutura; sidney@senado.leg.br

Nélvio DAL CORTIVO 

Doutorado (UnB); Senado Federal; Secretaria de Infraestrutura; nelvio@senado.leg.br

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: LOUREIRO DE CARVALHO, J. Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: VIEIRA CARVALHO, S. Supervisão; Validação; Redação - revisão e edição: DAL CORTIVO, N.

Conflitos de interesse: Os autores do texto estiveram envolvidos com a concepção e execução da obra relatada e executada.

Financiamento: Senado Federal.

Uso de I.A.: O autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: James Miyamoto e Isis Pitanga

Resumo

Este artigo registra as ações de documentação e recuperação física executadas pelo Senado Federal, por meio de sua Secretaria de Infraestrutura, na recuperação do Palácio do Congresso Nacional após a invasão e depredação sofridas em 8 de janeiro de 2023. Discutem-se os métodos de registro de danos, os procedimentos técnicos para sua recomposição e os resultados alcançados, a partir de perspectivas do patrimônio cultural, considerando a singularidade do contexto, a diversidade de valores envolvidos e a própria materialidade do edifício. A rapidez do processo foi viabilizada pela existência prévia de meios materiais e intelectuais: levantamentos físicos detalhados; especificações técnicas de serviços e materiais; contratos de manutenção robustos; e uma equipe própria de profissionais de arquitetura e engenharia, familiarizada com o edifício e sua manutenção. Apesar da extensão dos danos, concluímos que não se pode considerar a ideia de arruinamento, por não ter havido descontinuidade crítica na imagem, no uso e na própria matéria do edifício. Excluído o arruinamento, discutimos as possibilidades de a obra realizada se caracterizar ou não como restauração, em diferentes conceituações do termo. A partir do ponto de vista da conservação material, o caso faz refletir sobre como os resultados de intervenções como esta dependem não apenas da sensibilidade e da engenhosidade dos responsáveis, mas também das limitações e possibilidades abertas pelos próprios materiais a serem restaurados. A partir de um ponto de vista valorativo mais amplo, o caso explicita as contradições e conflitos de valores próprias da preservação: o Palácio foi invadido e vandalizado não por falta de reconhecimento, mas justamente por ser reconhecido como símbolo das instituições brasileiras; e esse mesmo valor simbólico impulsionou uma rápida recuperação, mais do que os valores artístico e histórico costumeiramente invocados.

Palavras-chave: Palácio do Congresso Nacional, 8 de janeiro de 2023, restauração, reconstrução pós-desastre.

Abstract

This paper presents the documentation and physical recovery actions carried out by the Brazilian Federal Senate, through its Infrastructure Department, in the recovery of the National Congress Palace after the invasion and vandalism it suffered on January 8th, 2023. We discuss the methods for damage recording, the technical procedures for its restoration, and the results achieved, from the perspective of cultural heritage, considering the uniqueness of the context, the diversity of values involved, and the materiality of the building itself. The swift recovery, carried out mainly in two months, was made possible by the prior existence of material and intellectual means: detailed physical surveys; technical specifications of services and materials; robust maintenance contracts; and a dedicated team of architecture and engineering professionals, familiar with the building and its maintenance. Despite the extent of the damage, we conclude that the idea of ruin cannot be considered, since there was no critical discontinuity in the image, use, or the fabric of the building itself. Thus, we discuss the possibility of the works being characterized or not as restoration, considering different definitions of the concept. From the perspective of material conservation, the case brings up the question of how the results of interventions like this depend on the limitations and possibilities inherent to the materials to restore, and not only on the sensitivity and ingenuity of those responsible for the actions. From a broader values perspective, the case shows the contradictions and conflicts of preservation: the Palace was invaded and vandalized not because of a lack of recognition, but precisely because it was recognized as a symbol of Brazilian institutions; and this same symbolic value drove a rapid recovery, more than the artistic and historical values usually invoked.

Keywords: National Congress Palace (Brazil), January 8th 2023, restoration, post-disaster reconstruction

Resumen

Este artículo registra las acciones de documentación y recuperación física realizadas por el Senado Federal de Brasil, a través de su Secretaría de Infraestructura, en la recuperación del Palacio del Congreso Nacional luego de la invasión y depredación sufrida el 8 de enero de 2023. Se discuten los métodos de registro de daños, los procedimientos técnicos para su restauración y los resultados obtenidos, desde la perspectiva del patrimonio cultural, considerando la singularidad del contexto, la diversidad de valores involucrados y la materialidad del propio edificio. La rapidez del proceso fue posible gracias a la existencia previa de recursos materiales e intelectuales: estudios físicos detallados; especificaciones técnicas de servicios y materiales; contratos de mantenimiento sólidos; y un equipo interno de profesionales de arquitectura e ingeniería, familiarizados con el edificio y su mantenimiento. A pesar de la magnitud de los daños, llegamos a la conclusión de que no se puede considerar la idea de ruina, ya que no hubo una discontinuidad crítica en la imagen, ni nel uso ni en la materia del edificio. Excluyendo la ruina, discutimos las posibilidades de si el trabajo realizado podría o no caracterizarse como restauración, en diferentes definiciones del concepto. Desde el punto de vista de la conservación material, el caso nos hace reflexionar sobre cómo los resultados de intervenciones como ésta dependen no sólo de la sensibilidad y el ingenio de sus responsables, sino también de las limitaciones y posibilidades que abren los materiales a restaurar. Desde un punto de vista valorativo más amplio, el caso explica las contradicciones y conflictos de valores inherentes a la preservación: el Palacio fue invadido y vandalizado no por falta de reconocimiento, sino precisamente porque fue reconocido como símbolo de las instituciones brasileñas; y este mismo valor simbólico impulsó una rápida recuperación, más que los valores artísticos e históricos habitualmente invocados.

Palabras-clave: Palácio del Congreso Nacional (Brasil); 8 de enero de 2023; restauración; reconstrucción post desastres.

Introdução

Em 08 de janeiro de 2023, centenas de pessoas invadiram o Palácio do Congresso Nacional, numa ação orquestrada para que o governo eleito em outubro de 2022 fosse derrubado e para que, supostamente, por meio da intervenção das Forças Armadas, o candidato derrotado nas eleições presidenciais fosse instalado como chefe do Poder Executivo.¹ Pela TV, profissionais que trabalham com a manutenção, conservação e adaptação da infraestrutura do Palácio acompanharam a vandalização de símbolos da república brasileira, com a destruição deliberada de décadas de trabalho em nome de um projeto político que destruíra fisicamente instituições e valores que dizia proteger.

Em 09 de janeiro de 2023, funcionárias e funcionários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados adentraram o Palácio do Congresso Nacional vestindo luvas de raspa e capacetes de proteção, empunhando

¹ O caráter organizado da ação e suas intenções de ruptura com o Estado Democrático de Direito têm sido reconhecidos em reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal.

vassouras, rodos, pás, panos e produtos de limpeza. Traziam também pranchetas, máquinas fotográficas, papel e caneta (Figura 01). O objetivo era limpar o que fosse possível e fazer um levantamento minucioso dos estragos feitos, com vistas a seu pronto reparo. Nos dias, semanas e meses que se seguiram, trabalharam para restituir o Palácio às suas funções de casa



Figura 01: Painel de espelhos do Salão Azul em 9 de janeiro de 2023. Fonte: Senado Federal/ Sinfra (2023).

do Povo Brasileiro e para viabilizar que as atividades parlamentares ocorressem sem sobressaltos. Trabalharam, especialmente, para garantir o funcionamento da democracia brasileira, golpeada por forças que tentaram, sem sucesso, aboli-la.

O presente texto registra as ações de documentação e recuperação física executadas pelo Senado Federal, por meio de sua Secretaria de Infraestrutura, na sequência dos fatos relatados. Discutem-se seus métodos e resultados a partir de perspectivas do patrimônio cultural, considerando a singularidade do contexto e a diversidade de valores envolvidos. Considera-se, ainda, a própria materialidade do edifício construído por brasileiros de todas as partes do país entre 1957 e 1960, a partir do projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e equipe e do projeto estrutural de Joaquim Cardozo e equipe.

Após o ataque, a necessidade de restabelecer rapidamente as condições de uso do edifício determinou um prazo rígido para a recuperação do Palácio. De acordo com a Constituição Federal (art. 57, parágrafo 4), cada uma das Casas do Congresso Nacional tem seus trabalhos iniciados no dia 1º fevereiro do primeiro ano de suas legislaturas, com as sessões preparatórias de eleição das Mesas Diretoras e das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Havia 22 dias para o restabelecimento de condições mínimas de funcionamento, viabilizando o tempestivo início dos trabalhos do Congresso Nacional e, assim, o cumprimento da Constituição.

Assim, o trabalho foi iniciado por ações imediatas de diagnóstico e recomposição dos elementos mais críticos para a reabertura do edifício. Outras intervenções, que exigissem maiores estudos e tempo, ou que não estavam no caminho crítico para a retomada das atividades parlamentares, foram deixadas para um segundo momento, permitindo maiores reflexões e preparação de contratações e equipes.

Cada passo foi acompanhado pelas reflexões que se acumularam ao longo dos anos por profissionais de arquitetura e engenharia, familiarizados com as particularidades institucionais do Senado Federal e com as especificidades de tratar de um edifício protegido como patrimônio histórico nacional e mundial.² Os próprios instrumentos contratuais e pessoais disponíveis, preparados ao longo do tempo, estavam prontos para acionamento tempestivo e eficiente. Por sua vez, a Superintendência local do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inspecionou o prédio e esteve ciente das propostas para sua recuperação (IPHAN-DF, 2023).

Assim, na primeira seção deste texto, apresentam-se métodos, contingências e resultados do mapeamento de danos e do diagnóstico desenvolvidos. A seguir, expõem-se os raciocínios projetuais, decisões e resultados das duas etapas de recuperação. Na sequência, aprofundam-se reflexões sobre a eventual natureza de ruína do edifício após os ataques, sobre o possível caráter de restauração da intervenção realizada e sobre as limitações da diferenciação visual das recomposições realizadas, em função dos materiais e das questões construtivas envolvidas. Esse conjunto de questões permite apresentar, na conclusão, os fatores que viabilizaram a rapidez da resposta institucional, além de considerações mais amplas sobre a preservação de edifícios modernos.

² O reconhecimento de Brasília como Patrimônio da Humanidade pela Unesco deu-se em 1987. A respectiva declaração de significância, adotada em 2014, cita expressamente o Congresso Nacional como um dos atributos de valor centrais para o sítio patrimonial. Em âmbito nacional, o processo de tombamento do edifício foi concluído em 2021, como parte do *Conjunto de obras do Arquiteto Oscar Niemeyer*.

Mapeamento de danos e diagnóstico

Face à destruição, o primeiro ciclo de ações foi de análise, mapeamento e quantificação de danos, realizados ao mesmo tempo em que a instituição, sob coordenação de sua Diretoria Geral, se ocupava dos demais aspectos imediatos relacionados à invasão, como a limpeza das áreas devastadas, a investigação policial para identificação dos criminosos e de suas ações, bem como a comunicação com o público, noticiando o ocorrido e sua abrangência. Sob o ponto de vista da preservação, a existência de levantamentos detalhados anteriores, incluindo a paginação das superfícies de espelhos e de mármore, e das dimensões dos caixilhos da envoltória externa, foi fundamental para que esta etapa tenha sido vencida de forma rápida e precisa (SENADO, 2015; CÂMARA; SENADO, 2019).

O diagnóstico inicial da situação foi feito de duas formas, a depender das informações e documentações técnicas disponíveis previamente. Para as esquadrias externas, revestimentos em pedra e painéis de espelhos do Salão Azul, foram realizados mapeamento gráfico e quantitativo dos danos, a partir de bases gráficas existentes (figuras 11, 12 e 13). Para outros elementos danificados, como por exemplo pisos, foram realizados levantamento fotográfico e inspeção visual.

Para compreender a distribuição dos danos internos, cabe considerar que o principal acesso dos invasores

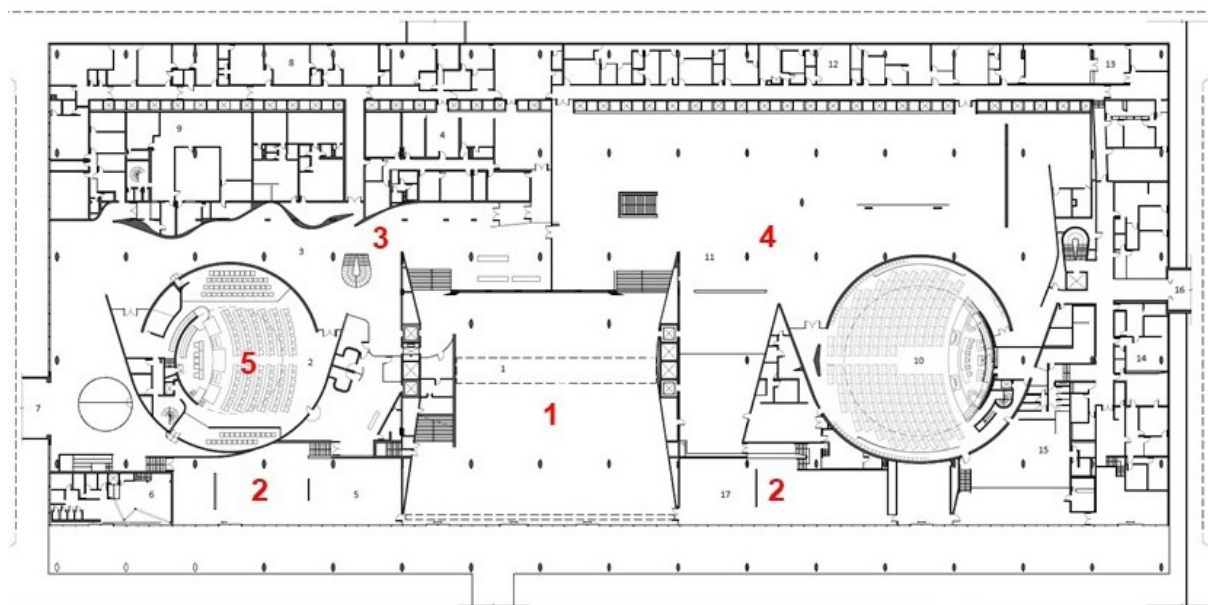


Figura 02: Palácio do Congresso Nacional. Planta baixa do primeiro pavimento. O oeste está na parte inferior da figura. 1) Salão Negro; 2) Salões Nobres; 3) Salão Azul; 4) Salão Verde; 5) Plenário do Senado Federal. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).



Figura 03: Edifício Principal. Fachada norte. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

se deu ao longo de sua fachada oeste, atingindo inicialmente o Salão Negro e os Salões Nobres e, a partir daí, o Salão Azul do Senado Federal, o Plenário do Senado Federal e o Salão Verde da Câmara dos Deputados (Figura 02). As torres correspondentes aos Anexos 1 do Senado e da Câmara dos Deputados se comunicam internamente com o Edifício Principal, compondo a totalidade do Palácio do Congresso Nacional. Elas sofreram apenas danos pontuais, em vidraças externas.

Os danos físicos seguiram a lógica da invasão. A quebra das vidraças das fachadas ocorreu na quase totalidade da extensão do Edifício Principal (Figura 03). Dentre as áreas cuja manutenção cabe ao Senado Federal, a destruição interna se concentrou na varanda oeste, no Salão Negro, no Salão Nobre e no Salão Azul. A turba foi detida na entrada dos gabinetes da Presidência do Senado, tendo tido acesso a alguns dos gabinetes no pavimento inferior.

As fachadas externas tiveram numerosas vidraças destruídas (vidros comuns, incolores), especialmente nos níveis com acesso direto dos invasores. As portas de correr que ligam o Salão Negro aos Salões Azul e Verde também perderam parte de seus fechamentos. Não foram registrados danos às estruturas das esquadrias citadas, que têm núcleo de aço e revestimento de alumínio, fato que permitiu a restituição dos fechamentos em vidros comuns com maior celeridade.

Diversas portas internas em vidro temperado fumê foram quebradas, inclusive no acesso ao Plenário, ao Café dos Parlamentares, à Presidência do Senado e na ligação entre o Salão Azul e o Salão Verde. Os revestimentos externos em mármore branco nacional sofreram danos relevantes. Na rampa de acesso à plataforma de cobertura e na passarela de acesso ao Salão Negro, numerosas peças do ressalto lateral foram arrancadas, partidas e perdidas. Na cobertura, os danos também foram extensos, concentrados ao longo das calhas e da junta de dilatação norte (Figuras 04).

Os pisos em granito preto do Salão Negro, do Salão Nobre e da varanda oeste foram extensamente arranhados, possivelmente em virtude do trânsito dos invasores sobre os estilhaços de vidro (Figura 05). Os mesmos pisos também apresentavam extensas manchas brancas, resultantes da combinação da água e do pó químico provenientes dos equipamentos de combate a incêndio, acionados pelos invasores, como meio para dispersão do gás lacrimogêneo lançado pelas forças de segurança (Figura 06).

O carpete do Salão Azul apresentava mancha linear extensa e outras manchas pontuais, em tom amarelo acinzentado (Figura 07). O alagamento do Salão Azul, Salão Negro e Salão Branco gerou infiltrações e acú-



Figuras 04, 05 e 06: Edifício Principal. Cobertura. Danos ao longo de calha; Edifício Principal. Salão Negro. Piso em granito negro arranhado; Edifício Principal. Salão Nobre. Mancha branca no piso. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

mulo de água em pontos específicos do prédio, que comprometeram o sistema de iluminação e o forro do piso inferior. Além disso, nas áreas com carpetes, os processos biológicos resultantes do encharcamento, geraram, ao longo dos dias, um forte odor de mofo. O guarda-corpo da escadaria do Salão Azul foi deformado em mais de um local (Figura 07). As superfícies pintadas da cúpula e dos pilares da varanda oeste foram profusamente pichadas (Figura 08).



Figuras 07 e 08: Edifício Principal. Salão Azul. Mancha no carpete; Edifício Principal. Cúpula. Pichações.
Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

Com base em levantamentos realizados nos últimos dez anos, foi possível indicar com precisão, em alguns dias, a extensão dos danos encontrados em diversos dos sistemas de revestimento e fachadas dos edifícios. Por exemplo, o levantamento existente da cobertura do Edifício Principal, feito com detalhamento pedra a pedra, permitiu que fossem identificadas cada uma das peças danificadas (Figura 9).

O levantamento existente das fachadas-cortina em vidro comum permitiu identificar (e posteriormente substituir) as vidraças quebradas, assim como avaliar a presença de eventuais danos às estruturas dos caixilhos (Figura 10). O caso dos painéis de espelho fumê do Salão Negro é exemplar, uma vez que já havia estudo anterior de potenciais substitutos para esse tipo de espelho. Acidentes pontuais haviam exigido a substituição de algumas de suas peças, tendo levado também à identificação precisa de sua geometria e de possíveis métodos de recomposição (Figura 11).

Figura 09: Exemplo de mapeamento desenvolvidos após a invasão. Danos à cobertura. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

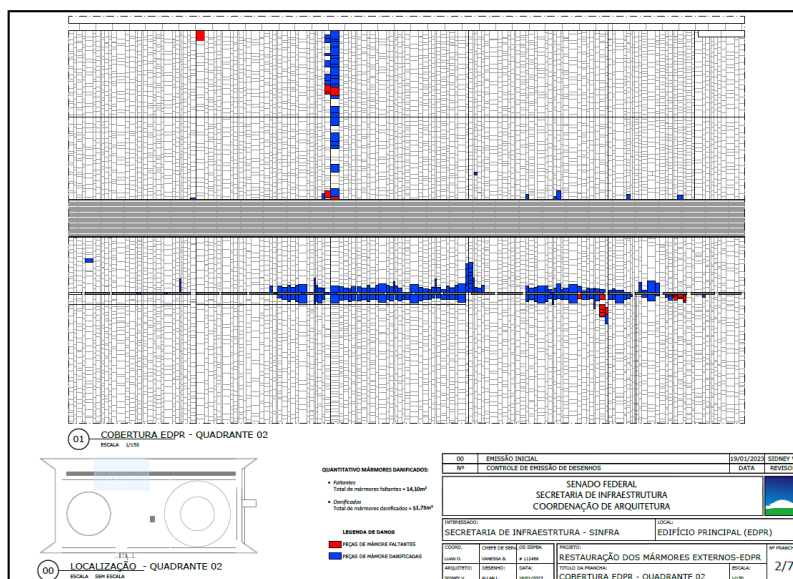


Figura 10: Exemplo de mapeamento após a invasão do Palácio do Congresso Nacional. Danos à fachada-cortina. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

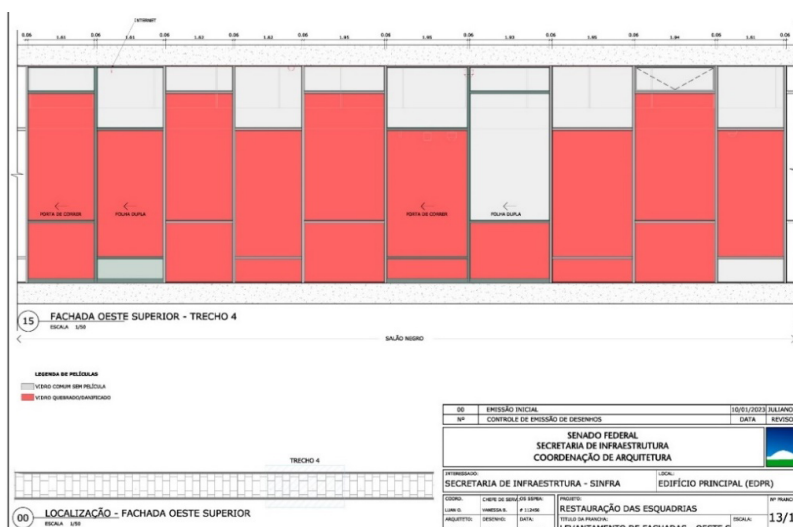
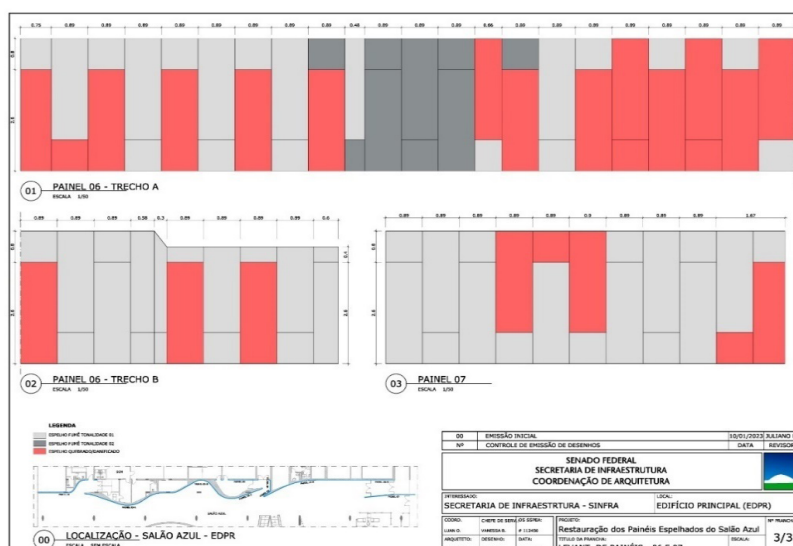


Figura 11: Exemplo de mapeamento após a invasão. Danos ao painel de espelhos do Salão Azul. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).



Ações de recuperação iniciais para restituição do edifício ao funcionamento

Após o levantamento dos danos, as equipes de infraestrutura dedicaram-se às superfícies que tinham condições de restituição imediata, em virtude de seus materiais, e que eram críticas para a abertura do ano legislativo no Congresso Nacional – vidros, espelhos, superfícies pintadas e instalações elétricas e de comunicação. A existência de contratos de manutenção vigentes e robustos, adequados às especificações do Edifício Principal, foi fundamental para a realização desses reparos.

Assim, utilizando-se de contratos de manutenção vigentes, foram sanados os danos aos vidros simples, incolores, do exterior do Palácio do Congresso, com a substituição das peças quebradas por outras de mesmas características. A mesma atitude foi tomada em relação às portas e divisórias em vidro temperado fumê – serviço que incluiu também a substituição de algumas ferragens e perfis de sustentação danificados.



Figuras 12 e 13: Edifício Principal. Cúpula do Senado. Aspecto após pintura; Superfície irregular e com brilho excessivo. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

Os danos à superfície da cúpula do Senado Federal, e aos pilares com pintura branca na varanda oeste do Edifício Principal foram sanados com a aplicação de massa acrílica nas superfícies pichadas e repintura total com tinta acrílica. Os serviços, concluídos em janeiro de 2023, conseguiram encobrir as pichações realizadas, mas a superfície, especialmente na Cúpula, resultou excessivamente reflexiva e com muitas

marcas de aplicação, como se pode observar nas fotografias (Figuras 12 e 13).

As lacunas deixadas pelas peças em mármore destruídas nos ressaltos laterais da rampa e da passarela de acesso foram preenchidas por peças novas do mesmo material. Por se tratar de peças novas, há sutil diferença de coloração em relação às demais – situação perceptível apenas nas proximidades desses elementos, com menor impacto visual do que no caso da cúpula. Prevê-se que, ao longo do tempo, com o desgaste e acúmulo de sujidade, as peças novas se integrem visualmente às existentes.

Os pisos em granito preto dos Salões Negro e Nobre e da varanda oeste sofreram 3 etapas de intervenção. O primeiro foi de limpeza com retirada das manchas deixadas pela ação dos produtos químicos (pó químico, gás lacrimogêneo etc.). O segundo momento foi de enceramento. Como esse procedimento não foi capaz de remover os arranhões mais profundos, foi feito, em um terceiro momento, o polimento das superfícies mais afetadas, com posterior repetição do enceramento. Essas etapas de tratamento foram capazes de retomar o aspecto anterior dos pisos.

As peças quebradas no painel de espelhos fumê do Salão Azul foram substituídas. Não foi possível encontrar peças de reposição com o tom exato daquelas existentes, da mesma forma como já ocorrera anteriormente. Assim, foram instaladas peças em tom ligeiramente mais claro (Figuras 1 e 16). O resultado recompõe a espacialidade do Salão e tende a ser percebido apenas em uma observação mais atenta.

Em 2 de fevereiro de 2023, a abertura do ano legislativo no Palácio do Congresso Nacional, em razoáveis condições de funcionamento e uso – o mesmo edifício que semanas antes havia sido severamente vandalizado – reafirmou a democracia brasileira, num esforço para o qual contribuiu a quase totalidade das equipes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sob a coordenação de suas Diretorias Gerais.

Continuidade das ações de recuperação – médio e longo prazos

A partir de fevereiro de 2023, as ações de recuperação continuaram. Incluíram a substituição de materiais que não tinham condições de fornecimento imediato, a exemplo do carpete azul do Senado, produzido sob medida, ou das peças de mármore da cobertura, que não eram críticas para a retomada das atividades.



Figura 14: Edifício Principal. Salão azul. Aspecto durante a substituição do carpete. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

Também nesses casos, a existência de especificações produzidas, testadas e aprimoradas pelas equipes de infraestrutura ao longo da última década, viabilizou a celeridade do processo.

Em razão do caráter excessivamente reflexivo da superfície da cúpula, após sua repintura, foi recomendada a execução de lixamento em toda a superfície e a reaplicação de pintura acrílica, dessa vez com acabamento fosco, como forma de retomar a aspecto usual dessa estrutura – que é o mesmo da cúpula da Câmara dos Deputados, com a qual deve formar um conjunto.

Coincidentemente, a substituição do carpete do Salão Azul estava programada desde meados de 2022 mas, em razão de contratempos contratuais, não ocorreria. Sendo um revestimento têxtil, sua substituição tem sido feita em intervalos que variam entre 5 e 10 anos, a depender do grau de deterioração verificado. A invasão do Palácio, com os consequentes danos ao carpete, impulsionou a recontração da empresa sob novas bases, e a substituição foi realizada de fevereiro a abril de 2023 (Figura 14).

No caso da recomposição do painel de espelhos do Salão Azul, a composição ligeiramente heterogênea resultante serve como registro físico do atentado do dia 8 de janeiro e, assim, a Secretaria de Infraestrutura considerou as peças instaladas como sendo definitivas, sem necessidade de nova substituição (figuras 1 e 16). Considerando a relevância do testemunho da

tentativa de golpe de estado para a memória institucional, foi sugerido à Alta Administração do Senado Federal e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que a solução fosse tornada definitiva. A sugestão foi aprovada e a sinalização correspondente ao fato foi instalada junto ao painel. Pretende-se, ainda, que tal informação seja incorporada ao Programa de Visitação Institucional.

Seguindo tal linha de raciocínio, os procedimentos de manutenção do painel de espelhos foram revistos, para garantir a continuidade da existência dos dois tons, conforme o arranjo atual. No caso dos espelhos mais escuros, oriundos da década de 1970, será necessário continuar a busca de fornecimento sob medida ou reespelhar as peças existentes. No caso dos espelhos mais claros, de instalação mais recente, será suficiente usar peças comerciais com seu mesmo tom.

Por fim, as lacunas correspondentes às peças de mármore quebradas na cobertura ainda não foram preenchidas, devido à priorização de outras atividades de manutenção. Prevê-se que tal serviço seja realizado até o fim de 2025, com a substituição das peças incompletas por novas peças, incluindo procedimentos de “envelhecimento” superficial, para melhor integração à superfície existente, a exemplo do que já foi feito anteriormente pela equipe de manutenção do Senado Federal (SENADO, 2019).

Ruína, reconstrução, diferenciação e memória

Em 7 de fevereiro de 2024, a obra 8 de Janeiro de 2023, de Vik Muniz, doada pelo artista, foi inaugurada pelo presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, no Salão Azul (figura 15). “O Senado passaria a contar com ‘uma espécie de cicatriz’, uma obra para marcar a reconstrução da Casa após a tentativa de golpe contra a democracia” (SENADO, 2024, p. 72).

Essa ação deu-se na sequência de outras iniciativas institucionais que marcaram momentos de superação e lembrança do ocorrido, a exemplo da exposição 8 de Janeiro, aberta pela Câmara dos Deputados no aniversário de um ano da invasão. A presença da obra de Muniz é o marco permanente mais visível do ocorrido, mas não o único. Na presente seção, reflete-se sobre outras consequências materiais da invasão, sob o ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, mobilizando os conceitos de ruína, reconstrução, restauração, diferenciação e memória.



Figura 15: Inauguração da obra 8 de Janeiro de 2023, de Vik Muniz, no Salão Azul do Senado Federal. Fonte: Marcos Oliveira / Agência Senado (2024).

As consequências físicas dos atos do 8 de janeiro de 2023 não devem ser consideradas arruinamento, nem o edifício deve ser visto como ruína, caso se pense nesta como “aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65). Com efeito, o volume de danos foi extenso, mas limitado a poucos sistemas construtivos, de forma que o Edifício não foi desfigurado. As esquadrias perderam os vidros, mas continuaram com os caixilhos íntegros; os pisos foram arranhados ou tiveram peças perdidas, mas os revestimentos das paredes, não. Não houve danos às alvenarias, à configuração espacial nem à estrutura.

A limitação qualitativa dos danos soma-se à sua limitação temporal: o Palácio não ficou fechado ou abandonado sequer por 24h. Por mais que as imagens da destruição sejam indeléveis na memória das pessoas, os danos efetivos existiram muito brevemente. Não se permitiu que fossem consolidados na construção nem que substituíssem a imagem consagrada do edifício por outra, fragmentada.

Excluir o termo ruína e, com ele, sua simétrica reconstrução, dá precisão qualitativa aos danos infligi-

dos ao Palácio. Vandalizado e vilipendiado, o testemunho material foi danificado, mas não se deixou que fosse rompida sua continuidade temporal e humana, relacionada à própria continuidade da República brasileira. Se a ruína é o passado presente em resíduos, o passado visível mas inacessível (HUYSEN, 2014), definitivamente o Palácio do Congresso não se apresentava como ruína em 9 de janeiro de 2023.

A contraposição de ruína a unidade leva novamente a Brandi, para quem, se não há ruína, há unidade potencial, de forma que se faz possível a restauração. A intervenção foi essencialmente voltada para o tratamento das lacunas e para a recuperação da função, sem buscar as adaptações e transformações generalizadas em outras intervenções patrimoniais. Isso reforça a ideia desta intervenção como sendo uma restauração. Para que de fato correspondesse ao conceito, a intervenção deveria ser guiada primariamente por um interesse cultural, evitando falsos artísticos e falsos históricos (BRANDI, 2004, p. 33). Giovanni Carbonara desenvolve essa linha de pensamento. Para corresponder à sua definição de restauro, a recuperação do Palácio do Congresso deveria dar-se “facilitando-lhe a leitura e sem apagar-lhe as marcas da passagem do tempo” (CARBONARA, 2005, p. 25). Percebe-se, na abordagem crítico-conservativa do autor mais recente, a continuidade da preocupação com o documento histórico e com a percepção da passagem do tempo, evitando a dicotomia falsidade-verdade.

Com efeito, apagamento ou permanência das marcas do ocorrido são a questão central na reflexão sobre a recuperação do Palácio do Congresso Nacional. Como não se perderam as formas do edifício e de seus espaços, não cabe questionar a pertinência da recuperação espacial, décadas depois de sua primeira execução; ou seja, não cabe falar do falso artístico brandiano. Diferentemente, dada a extensão dos danos e dos refazimentos, cabe refletir sobre a ausência quase completa de suas marcas.

Antes de discutir tais marcas, observe-se que a discussão seria diversa, caso tomasse por base outras reflexões sobre restauração, que não a crítico-conservativa. Por exemplo, o restauro crítico conforme pensado por Renato Bonelli privilegia a instância estética, segundo a qual as operações realizadas poderiam ser vistas como restauração, sem maior questionamento (BONELLI, 1983). Em campo cultural distinto, a Carta de Burra define a restauração como “volta a um estado anterior conhecido (...) sem a introdução de nova matéria”, de forma que se excluiria por completo a

ideia de restauração, tanto pela ampla introdução de “nova matéria” como pela impossibilidade prática de retorno a um estado anterior – afinal, qualquer obra traz o edifício ao presente, por meio de ações presentes (ICOMOS, 2013, seção 1).

Retomando a discussão das marcas materiais, mostrou-se, ao longo do texto, que as superfícies danificadas de carpete, pintura e vidro foram substituídas, mantendo as especificações existentes, de forma que a sua recomposição, uma vez concluída, tornou-se “invisível”. Mais do que uma escolha refletida e deliberada das equipes envolvidas, a replicação das especificações existentes foi a forma óbvia e disponível de executar as recomposições com a urgência necessária à afirmação de força e de resistência da instituição, representada por sua arquitetura. Afinal, os materiais do repertório instalado tinham características já conhecidas e, no caso dos vidros e da pintura, correspondiam a contratos de manutenção vigentes.

As recomposições feitas não foram guiadas primariamente pela instância artística nem pela instância histórica, mas podem ser vistas como tendo uma motivação cultural se pensarmos, mais amplamente do que Brandi, no valor simbólico do Palácio enquanto sede do parlamento brasileiro, o que é indissociável do seu valor de uso. É justo pela necessidade simbólica da reparação (e não pela destruição nem pelas perdas culturais) que este estudo se aproxima ao conceito de reconstrução pós-desastre, recorrente na discussão contemporânea sobre patrimônio (MARCINKOWSKA; ZALASÍNSKA, 2019).

Quais seriam as marcas e diferenciações possíveis e adequadas nas recomposições realizadas? Que marcas deixar em carpetes que, por suas características de uso e degradação, já foram integralmente trocados repetidas vezes, e cujo azul ultramar, escolhido por Athos Bulcão (SILVEIRA, 2021), é tão fundamental para o edifício que resultou na denominação Salão Azul? Quais marcas deixar em pilares brancos que foram integralmente repintados? Para os vidros transparentes das esquadrias externas, caberia ter buscado peças com tonalidade ligeiramente diferente daquela instalada?

Em casos como esses, a visão da equipe de arquitetura do Senado Federal tem tendido a tratar diferentemente os materiais mais frágeis, cujo ciclo de substituição é mais curto, seguindo as indicações de Cairns & Jacobs (2014, p. 124–25). A renovação periódica de materiais dessa natureza tem impactos visuais e per-

das patrimoniais, mas, como indicado pelo instituição patrimonial oficial inglesa, termina por ser inevitável, periodicamente, quando há manutenção mais intensa (ENGLISH, 2008, p. 52).

Passando aos materiais mais duráveis, a reinstalação de placas de mármore branco nacional na passarela, rampa e cobertura do Edifício Principal foi devidamente documentada, mas sem marcas visíveis inequívocas. Também nesse caso, a necessidade da rápida recomposição nos trechos de uso diário levou à decisão mais ágil – o uso do mármore disponível, com diferenciação circunstancial, transitória, em relação ao existente. Como a recomposição permanece inconclusa na cobertura, pode-se pensar em uma diferenciação visível, cabendo considerar as possíveis dificuldades relativas ao envelhecimento do material. Por exemplo, um mármore texturizado tende a ter um escurecimento mais rápido, ocasionado por sua textura.

A exceção à recuperação idêntica foi a recomposição do painel de espelhos fumê do Salão Azul. O resultado final recompõe a espacialidade e a solenidade daquela área, ao tempo em que documenta na arquitetura os fatos ocorridos e funciona como dispositivo de promoção da memória (Figura 16). Trata-se, assim, de solução que equilibra a necessidade arquitetônica e simbólica de remediar o fato e a necessidade histórica de rememorar-lo. Observe-se que as características do



Figura 16: Painel de espelhos fumê do Salão Azul, após recomposição com peças de tom ligeiramente diferente. Fonte: Senado Federal / Sinfra (2023).

material foram determinantes para os resultados de convergência entre a intenção conceitual da equipe técnica e a oportunidade executiva de utilização de material diferenciado (CARVALHO, 2023).

Em síntese, dado o contexto de proeminência dos valores simbólico e de uso na intervenção, as preocupações da equipe técnica com o valor histórico-documental envolvido na operação puderam se refletir nas ações de documentação gráfica antes e depois das intervenções, tendo sido limitadas na recomposição física propriamente dita. Simultaneamente, a partir das limitações e potencialidades dos próprios materiais, pode-se questionar a viabilidade e a oportunidade das recomposições diferenciadas como regra inescapável.

Conclusões

Num contexto mundial de preservação em que valores sociais disputam a preservação do patrimônio com os valores culturais propriamente ditos (AVAREMI; MASON, 2019), a recuperação do Palácio do Congresso Nacional e seu contexto explicitam essas contradições. A primeira delas é que o edifício foi invadido e vandalizado não por falta de reconhecimento, mas justamente por ser reconhecido como símbolo das instituições brasileiras, juntamente com os outros dois palácios da Praça dos Três Poderes.

Outra contradição evidente no processo é que esse mesmo valor simbólico impulsionou uma rápida recuperação, mais do que os valores artístico e histórico. Nas diferentes apropriações e desejos em relação ao Palácio dá-se uma disputa simbólica que não só confirma as divergências sociais em torno da preservação (RIEGL, 1903), mas leva ao reconhecimento de que os principais valores em jogo numa intervenção podem ser outros, que não aqueles predominantes na formação técnica em patrimônio cultural.

É nesse contexto pouco favorável que se insere a tentativa de maximização dos atributos de valor cultural preservados, relatada no presente texto. Os resultados, considerados positivos pela equipe envolvida e pelos agentes políticos que mobilizaram sua ação, apenas foram possíveis em decorrência da existência de um trabalho técnico anterior, consolidado no tempo, que pode ser definido por meio de seus itens mais fundamentais (CARVALHO; MACEDO; PEIXOTO, 2023; MACEDO; PELLEGRINI, 2024):

- Levantamentos físicos detalhados previamente existentes;
- Especificações técnicas de serviços e materiais previamente elaboradas;
- Robustos contratos de manutenção vigentes;
- Equipe própria de profissionais de arquitetura e engenharia, familiarizada com o edifício e sua manutenção, e, assim, capaz de manejar os três elementos anteriormente descritos.

Portanto, estavam disponíveis os meios materiais e intelectuais para a execução da operação em prazo exíguo. Sem esses meios, os resultados teriam sido alcançados em mais tempo, com menor qualidade e menor índice de preservação.

O caso apresentado ajuda a refletir, ainda, sobre outras questões da prática da preservação do patrimônio. A comparação entre o que foi executado nos vidros das fachadas e no painel de espelhos do Salão Azul mostra como os resultados de intervenções de conservação material dependem não apenas da sensibilidade e da engenhosidade do arquiteto responsável para conciliar recomposição física, qualidade estética e diferenciação histórica. Com efeito, o resultado depende também das limitações e possibilidades abertas pelos próprios materiais a serem restaurados; lidar com a recuperação destes é lidar com as contingências por eles impostas, que podem dificultar ou contribuir para a desejada conciliação.

Esses mesmos processos levam à releitura de princípios disciplinares incorporados à prática profissional, exemplificando a dificuldade de neles enquadrar uma intervenção, mesmo quando há predisposição para tanto. Não se trata, evidentemente, de negar a teoria como guia e como meta de ações conscientes e seguras, mas de reconhecer a preservação como atividade que oscila entre determinantes disciplinares e não-disciplinares; teóricos e práticos; e de reconhecer essas oscilações como parte de seu processo, não como sua negação.

Por fim, o Palácio do Congresso Nacional evidencia como ícones modernos podem ser analisados e recuperados dentro do campo disciplinar estabelecido da restauração. A ponderação se faz necessária ao recordar que, da década de 1980 à década de 2000, enquanto se expandia e consolidava a ideia de restauração do acervo moderno, frequentemente se propôs

a ideia de que essa arquitetura não deveria ter marcas ou ser afetada pelo tempo, permanecendo no contínuo presente do dia de sua concepção ou de sua inauguração (HEMKET; TUMMERS, 1995; PRUDON, 2008). Ao longo desse mesmo período, se acumularam críticas a esse restauro à parte (termo de VARAGNOLI, 1998) ou restauro dos conceitos (termo de BIERRENBACH, 2017). Nessa discussão sobre a natureza da preservação do patrimônio moderno, a atuação da equipe da Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal se alinha a reflexões mais recentes, que afirmam a historicidade dos edifícios modernos, inclusive sua capacidade de envelhecer e de acumular marcas do tempo, conforme os princípios do Comitê Científico Internacional para o Patrimônio do Século XX, que é parte do Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (MACDONALD, 2009; SALVO, 2016; ICOMOS, 2017).

Referências

- AVRAMI, E.; MASON, R. Mapping the issue of values. In: AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. (orgs.), *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2019.
- BIERRENBACH, A. C. Debates recentes sobre o restauro da arquitetura moderna na Itália. *Thésis* 2 (3), p. 137–57, 2017.
- BONELLI, R. 1983. Il restauro architettonico. In: *Enciclopedia Universale dell'Arte*. Novara: Istituto Geografico de Agostini, 1983.
- BRANDI, C. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CAIRNS, S.; JACOBS, J. M. *Buildings must die*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2014.
- CÂMARA dos Deputados. Departamento Técnico; SENADO Federal. Secretaria de Infraestrutura. Relatório Conjunto. Análise da Viabilidade de Implementação dos Cenários de Intervenção no Sistema de Impermeabilização da Plataforma do Palácio do Congresso Nacional. Brasília, 2019. Documento inédito, acervo Sinfra/SF.
- CARBONARA, G. Che cos'è il restauro? In: TORSELLO, P. (org.), *Che cos'è il restauro?* Venezia: Marsilio, 2005.
- CARVALHO, J. L. 2023. Valor de antiguidade em edifícios brasileiros do século XX. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2023.
- CARVALHO, J. L.; MACEDO, D. M.; PEIXOTO, M. M. Mesa Redonda. Recuperação do Palácio do Congresso após ataques de 8 de janeiro. Vídeo, 1h47min. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LXtGAZKG8QU&t=19s>

ENGLISH Heritage. *Conservation principles. Policies and guidance for the sustainable management of the historic environment*. Londres: English Heritage, 2008.

HENKET, H.-J.; TUMMERS, N. Authenticity of the modern movement. In: LARSEN, K. E. (org.), *Nara Conference on Authenticity*. Paris - Roma - Tóquio: Unesco – WHC/ Iccrom/ Icomos/ Agência Japonesa para a Cultura, 1995.

HUYSEN, A. A nostalgia das ruínas. In: HUYSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ICOMOS Austrália. The Burra Charter. 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>

ICOMOS ISC20C. Madrid-New Delhi document: approaches for the conservation of twentieth-century cultural heritage. 2017. Disponível em: https://isc20c.icomos.org/wp-content/uploads/2022/03/MNDD_ENGLISH.pdf

IPHAN-DF. Relatório preliminar. Vistoria de bens culturais afetados por vandalismo. Praça dos Três Poderes – Brasília/DF. Brasília, 2023. Documento inédito, acervo Iphan-DF.

MACDONALD, S. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. In: *(Un)Loved Modern*. Sydney: Icomos Austrália, 2009. Disponível em: http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_Unloved_Modern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf

MACEDO, D. M.; PELLEGRINI, A. C. Architectural Conservation and Political Resilience: The 2023 Attack on the Palace of Congress in Brasília. In: *18th International Docomomo Conference & Students Workshop Proceedings*. Santiago: Docomomo International/ Ediciones ARQ, 2024, p. 831-837.

MARCINKOWSKA, M.; ZALAZÍŃSKA, K. *The challenges of world heritage recovery*. Varsóvia: Narodowy Instytut Dziedzictwa, 2019.

PRUDON, T. H. M. *Preservation of Modern Architecture*. Hoboken (EUA): John Wiley & Sons, 2008.

RIEGL, A. *Der moderne denkmalkultus. Sein wesen und seine entstehung*. Viena - Leipzig: W. Braumüller, 1903.

SALVO, S. *Restaurare il novecento. Storia, esperienze e prospettive in architettura*. Macerata: Quodlibet Studio, 2016.

SENADO Federal. Secretaria de Comunicação Social. *Cicatrizes. A produção da obra 8 de janeiro de 2023, de Vik Muniz*. Brasília: Senado Federal, 2024.

SENADO Federal. Secretaria de Infraestrutura. Congresso Nacional. Edifício Principal. Esquadrias. Levantamento Cadastral. Brasília, 2015. Documento inédito, acervo Sinfra/SF.

SENADO Federal. Secretaria de Infraestrutura. Congresso Nacional. Obra de recuperação de revestimentos em mármore. Relatório de execução. Brasília, 2019. Documento inédito, acervo Sinfra/SF.

SILVEIRA, C. Entrevista concedida a Juliano Loureiro de Carvalho. Rio de Janeiro, 2021. Documento inédito.

VARAGNOLI, C. Un restauro a parte? *Palladio*, XI (22), p.111-115, 1998.